



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DADOS INSTITUCIONAIS

CNPJ:	17.145.404/0001-76
Razão Social:	CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA
Nome de Fantasia:	FACULDADE MALTA
Esfera Administrativa:	PRIVADA
Endereço:	Av. Barão de Gurguéia, nº 3333b, Bairro Vermelha
Cidade/UF/CEP:	TERESINA-PI. CEP: 64018-500
Telefone:	(86) 3303-5002
E-mail de contato:	maltafaculdade@gmail.com
Site da unidade:	http://www.faculdademalta.edu.br/

Sobre a Autor(a)

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5744471421495805>

FORMAÇÃO ACADÊMICA



Mestre em sociologia pela Universidade Federal do Piauí, com pesquisa na linha de gênero e geração. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2019). Faz parte do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento da Universidade Federal do Piauí (Engendre/UFPI). Atua como professora orientadora particular (mentoria acadêmica) para estudantes de graduação e pós graduação.

APRESENTAÇÃO

Bem-vindo à nossa jornada de aprendizado na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este Ebook é destinado à disciplina de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com uma carga horária de 60 horas. Aqui, exploraremos temas fundamentais que irão enriquecer sua compreensão sobre a educação de jovens e adultos, proporcionando conhecimentos valiosos para sua prática educacional.

A educação é uma das fundações essenciais de qualquer sociedade, e sua história no Brasil é um reflexo das transformações sociais e políticas que ocorreram ao longo dos anos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenhou um papel crucial na inclusão de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade apropriada, ajudando a promover a cidadania e a igualdade.

Na Unidade I, mergulharemos nas diversas fases da história da EJA no Brasil, desde o período colonial até os movimentos sociais que marcaram a contemporaneidade. Exploraremos como a educação de adultos foi inicialmente concebida de maneira elitista, priorizando determinados grupos sociais, e como, ao longo do tempo, essa concepção evoluiu para abranger um letramento mais amplo.

A Unidade II nos levará a uma exploração profunda do legado transformador de Paulo Freire na educação de jovens e adultos. Descobriremos sua proposta de alfabetização de adultos, sua visão crítica da educação e os métodos revolucionários que ele desenvolveu. Analisaremos como a educação pode ser uma ferramenta poderosa de transformação social, quando aplicada com base nos princípios de Freire.

A Unidade III aborda aspectos essenciais relacionados aos aparatos legais que orientam a prática da EJA. Discutiremos a relação entre a legislação educacional e a realidade dos educandos, com foco especial em como os conteúdos curriculares são desenvolvidos e adaptados para atender às necessidades da EJA. Exploraremos as Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA e sua relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Cada unidade deste Ebook está organizada em tópicos que abordam os principais aspectos do assunto em questão. Dentro de cada tópico, você encontrará uma explanação detalhada dos conceitos, exemplos, informações relevantes e autores para aprofundar os estudos sobre o conteúdo. Ao final de cada unidade, há

uma síntese dos principais pontos discutidos para ajudar na consolidação do conhecimento.

Para que os aprendizados deste Ebook sejam potencializados, o estudante precisa de uma organização cuidadosa. Aqui estão algumas dicas para tornar sua experiência de aprendizado mais eficaz:

- Estabeleça um Cronograma: Crie um cronograma de estudos que inclua datas para a leitura deste Ebook, realização de atividades. Cumpra o cronograma rigorosamente.
- Ambiente de Estudo: Escolha um local tranquilo e livre de distrações para estudar. Certifique-se de que você tenha acesso a um dispositivo confiável e à internet.
- Anotações: Faça anotações enquanto lê o Ebook. Destaque conceitos-chave e crie resumos para facilitar a revisão posterior.
- Revisão Regular: Reserve tempo para revisar o conteúdo regularmente. Isso ajudará a consolidar o conhecimento.
- Persistência: A aprendizagem online exige autodisciplina e persistência. Mantenha-se motivado e continue estudando, mesmo diante de desafios.

Esperamos que este Ebook seja uma ferramenta valiosa em sua jornada de aprendizado. Boa sorte e aproveite ao máximo esta experiência!

UNIDADE I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação é uma das fundações essenciais de qualquer sociedade, e sua história no Brasil é um reflexo das transformações sociais e políticas que ocorreram ao longo dos anos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenhou um papel crucial na inclusão de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade apropriada, ajudando a promover a cidadania e a igualdade.

Nesta primeira unidade, mergulharemos nas diversas fases da história da EJA no Brasil, desde o período colonial até os movimentos sociais que marcaram a contemporaneidade. Exploraremos como a educação de adultos foi inicialmente concebida de maneira elitista, priorizando determinados grupos sociais, e como, ao longo do tempo, essa concepção evoluiu para abranger um letramento mais amplo.

No primeiro tópico: "Panorama inicial sobre a educação de jovens e adultos no Brasil", trazemos considerações iniciais para se compreender a importância da EJA no país, a fim de introduzir o conteúdo que vai ser analisado de forma histórica nos tópicos seguintes.

No Segundo tópico, "Brasil Colônia, Império à República: aspectos iniciais da concepção de educação do adulto", examinaremos as raízes históricas da educação no Brasil e como ela era elitista, reservada a poucos privilegiados. Analisaremos como a concepção da EJA evoluiu ao longo do tempo, priorizando a alfabetização como ferramenta de inclusão.

No Terceiro tópico, "Da década de 1940 à Marca dos Movimentos sociais", exploraremos os desenvolvimentos significativos na educação de adultos durante o século XX. Veremos como as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por mudanças na compreensão da EJA e sua relação com os movimentos sociais e políticos.

Este capítulo servirá como um guia essencial para entender a evolução da EJA no Brasil, destacando como ela passou de uma educação elitista para uma ferramenta poderosa de inclusão e transformação social. Convidamos você a explorar cada tópico com cuidado, pois eles fornecerão uma base sólida para compreender a complexidade e a importância da EJA no contexto educacional brasileiro.



1.1 PANORAMA INICIAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação de jovens e adultos (EJA) é um campo complexo e multifacetado que vai além da simples consideração da idade, como apontado por Khol (2005)¹. Esta autora destaca que a EJA não se restringe apenas a uma questão de faixa etária, mas, fundamentalmente, envolve especificidades culturais. Dentro da diversidade de grupos culturais na sociedade contemporânea, a EJA concentra-se em um grupo de pessoas que, apesar de suas diferenças individuais, compartilham uma série de características comuns.

Os adultos que participam da EJA não são universitários ou profissionais em busca de aprimoramento, mas frequentemente são migrantes de áreas rurais empobrecidas. Eles são filhos de trabalhadores rurais não qualificados, muitas vezes analfabetos, com experiência no trabalho rural durante a infância e adolescência. Geralmente, esses adultos têm uma passagem escolar curta e não sistemática, trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas. Buscam a escola tardiamente para aprender a ler e escrever ou para cursar séries do ensino supletivo.

Por outro lado, os jovens na EJA são incorporados a esse território de ensino há relativamente pouco tempo. Eles não têm uma história de escolaridade regular e não são adolescentes no sentido naturalizado de pertencer a uma determinada etapa bio-psicológica da vida. Esses jovens são, na maioria das vezes, excluídos da escola, mas têm maior probabilidade de concluir o ensino fundamental ou médio, uma vez que ingressam nos cursos supletivos em fases mais avançadas.

Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve considerar três campos interligados: sua condição de "não-crianças", sua exclusão da escola regular e sua pertinência a grupos culturais específicos.

A condição de "não-crianças" destaca que, ao contrário das crianças e adolescentes, esses adultos e jovens têm uma história de vida mais longa, complexa e repleta de experiências e conhecimentos acumulados. Isso influencia sua forma de aprender, pois trazem consigo um conjunto de habilidades e dificuldades distintas das crianças.

¹ KHOL, Marta de Oliveira. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. MEC/UNESCO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 6).

No que diz respeito à exclusão da escola regular, a EJA lida com alunos que não se encaixam no modelo original da instituição escolar. Currículos, métodos de ensino e práticas educacionais foram inicialmente desenvolvidos para crianças e adolescentes que seguiriam uma trajetória escolar regular. Essa falta de adaptação pode dificultar a aprendizagem dos jovens e adultos na EJA.

Além disso, a linguagem e as regras específicas da escola podem ser obstáculos para esses alunos, já que a escola opera com símbolos e normas que não fazem parte do conhecimento cotidiano. Dominar a "mecânica" da escola e sua linguagem é fundamental para o desempenho escolar, e essa capacidade muitas vezes é adquirida apenas dentro da escola.

Por último, é crucial considerar as diferenças culturais entre os grupos atendidos pela EJA. Os jovens e adultos que participam dessa modalidade de ensino provêm de diferentes contextos culturais, e essas diferenças podem impactar sua forma de aprender e de se relacionar com o conhecimento. Portanto, a EJA não pode ser tratada de forma homogênea, pois esses grupos trazem consigo suas próprias tradições, valores e práticas culturais.

É importante notar que a compreensão da EJA não deve se basear em estereótipos abstratos de adultos ou jovens, mas sim em uma análise mais profunda das características específicas desses grupos. Muitas vezes, ao se referir ao "adulto" ou "jovem" na EJA, há o risco de criar uma imagem genérica que não reflete a diversidade e complexidade dos alunos atendidos por essa modalidade de ensino.

Nesse sentido, é essencial considerar a história de vida de cada aluno, suas experiências, habilidades e desafios individuais. Isso implica em reconhecer que o processo de aprendizagem na EJA é altamente contextual e depende das circunstâncias únicas de cada estudante.

Portanto, a EJA não se limita apenas a uma questão de idade, mas é profundamente enraizada em contextos culturais, sociais e individuais. Compreender as especificidades desses jovens e adultos como sujeitos de aprendizagem requer uma abordagem sensível e personalizada, que leve em consideração suas trajetórias de vida e suas necessidades únicas. A EJA é, acima de tudo, uma oportunidade para proporcionar a inclusão e o desenvolvimento desses indivíduos, reconhecendo e valorizando suas identidades culturais e suas capacidades individuais.

Sobre aparatos legais, a EJA é definida e caracterizada como uma modalidade de ensino de acordo com a Lei nº 9394 de 1996, a qual versa sobre as diretrizes e

bases da educação nacional. Ela também é conhecida como ensino supletivo, termo atribuído pela antiga LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 5.692/71.

O desafio de alfabetizar jovens e adultos ainda persiste no sistema educacional brasileiro, mesmo após décadas de esforços. A existência de adultos pouco ou não alfabetizados viola um dos princípios fundamentais do direito à cidadania, que é o direito à Educação Básica, em qualquer idade e ao longo da vida.

Atualmente, quando se menciona a EJA, está-se falando da oferta da Educação Básica, abrangendo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio para aqueles que não puderam estudar ou concluir seus estudos na idade adequada. No entanto, a história da EJA deve ser considerada de acordo com seu desenvolvimento histórico e social, destacando as conquistas da sociedade brasileira na educação em geral e dentro dessa modalidade.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à educação pela EJA. O ensino obrigatório e gratuito nas escolas públicas, dos 4 aos 17 anos, tornou-se prioridade nacional, mesmo para aqueles que não estudaram na idade adequada. Entretanto, mesmo com esse avanço, ainda não houve regulamentações abrangentes em alguns trechos da Constituição e da Lei nº 9.394 de 1996.

Apesar dos avanços na oferta do Ensino Fundamental para crianças e adolescentes, ainda existe uma parcela significativa da população que precisa do atendimento da EJA. Em 2000, por exemplo, 13,6% dos brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos, e 17,9% frequentaram a escola por menos de quatro anos. Isso representa quase um terço da população brasileira na época.

Esses dados demonstram a importância contínua da EJA para toda a sociedade brasileira, uma vez que há uma parcela significativa da população que necessita desse tipo de educação. Mesmo com o avanço das tecnologias de informação e comunicação e a evolução do modo de produção capitalista, a alfabetização e a Educação Básica continuam sendo fundamentais para a inclusão social e econômica dos cidadãos.

Portanto, a educação para jovens e adultos não é apenas um resgate do que lhes foi negado na idade própria, mas também um meio de construir uma sociedade mais justa e democrática, capacitando as pessoas para enfrentar os desafios do mundo moderno, inclusive a alfabetização digital e a participação plena na sociedade.

A partir do exposto compreendemos que o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é diversificado e reflete as necessidades de uma

parcela da população que não teve acesso à educação na idade apropriada ou que possui baixa escolaridade. A EJA tem como objetivo atender a adultos que desejam completar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, possibilitando sua inclusão social e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a cidadania e o mercado de trabalho.

Características do perfil do aluno da EJA no Brasil:

Diversidade Etária: Os alunos da EJA abrangem uma ampla faixa etária, desde jovens que abandonaram a escola cedo até adultos mais maduros que nunca tiveram a oportunidade de frequentar a escola.

Baixa Escolaridade: Muitos alunos da EJA possuem baixa escolaridade, incluindo analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que sabem ler e escrever de forma limitada. Eles buscam adquirir as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para melhorar sua qualidade de vida.

Motivações Diversas: Os motivos para ingressar na EJA variam, incluindo o desejo de obter melhores oportunidades de emprego, concluir o ensino básico para buscar qualificação profissional, ou mesmo a busca pelo desenvolvimento pessoal e a realização de um sonho de aprendizado.

Experiência de Vida: Os alunos da EJA frequentemente trazem uma rica bagagem de experiências de vida e de trabalho para a sala de aula. Isso pode enriquecer as discussões e tornar o ambiente de aprendizado mais dinâmico.

Desafios Pessoais: Muitos alunos enfrentam desafios pessoais, como a conciliação do trabalho e da família com os estudos, além de possíveis sentimentos de inadequação devido à idade em comparação com os colegas mais jovens.

Inclusão Digital: Com as mudanças tecnológicas, a inclusão digital tornou-se uma preocupação importante na EJA. Alunos podem buscar a alfabetização digital como parte de seu processo de aprendizado.

Dados sobre a EJA no Brasil:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000 apontam:

- Cerca de 13,6% dos brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos.

- 17,9% da população estudou por menos de quatro anos.
- Mais de 16 milhões de pessoas não sabiam ler e escrever.
- Quase 1/3 da população brasileira necessitava de educação de jovens e adultos.

Esses números evidenciam a relevância contínua da EJA no país, apesar dos avanços na oferta de educação formal. A educação de jovens e adultos continua sendo uma ferramenta crucial para a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania em uma sociedade em constante transformação.

1.2 BRASIL COLÔNIA, IMPÉRIO À REPÚBLICA: ASPECTOS INICIAIS DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO ADULTO: EDUCAÇÃO ELITISTA E PRIORIZAÇÃO, E A CONCEPÇÃO DE EJA COMO LETRAMENTO

A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela uma complexa narrativa que se estende desde os primórdios coloniais até a transição para a República. Uma análise detalhada desse percurso evidencia as mudanças significativas e as persistentes desigualdades que marcaram a educação de adultos ao longo dos séculos.

Inicialmente, no período colonial, a educação estava fortemente vinculada à catequese, ou seja, à iniciação na fé cristã, e à alfabetização em língua portuguesa. Isso se deu principalmente através da atuação da Companhia Missionária de Jesus, que desempenhou um papel crucial na instrução dos indígenas. Embora o foco predominante fosse nas crianças, é importante destacar que os adultos indígenas também foram submetidos a uma intensa ação cultural e educacional (Beleza e Nogueira, 2020)².

No entanto, esse cenário mudou drasticamente com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. Com a partida dos jesuítas, a educação de adultos entrou em colapso, deixando o Império com a responsabilidade de organizar e implementar a educação. A partir desse momento, a identidade da educação brasileira foi gradualmente marcada pelo elitismo, com a educação reservada principalmente às

² BELEZA, Janderlane Oliveira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil. RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar, Manaus, v. 4, n. 2, p. 107-126, jul./dez. 2020. ISSN 2594-8806. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/7958/5665>. Acesso em: 04/09/2023.

classes mais abastadas da sociedade. As aulas régias, que enfatizavam disciplinas como latim, grego, filosofia e retórica, eram destinadas exclusivamente aos filhos dos colonizadores portugueses, marginalizando as populações negras e indígenas (Strelhow, 2010)³.

Essa dinâmica elitista moldou de forma duradoura o panorama educacional do Brasil, caracterizado pela exclusão das camadas mais desfavorecidas. Embora a Constituição Imperial de 1824 tenha prometido a instrução primária para todos os cidadãos, essa promessa não foi totalmente cumprida. Surgiram debates sobre como incluir as chamadas "camadas inferiores" nos processos formais de educação, mas as soluções eram frequentemente insuficientes (Strelhow, 2010).

Com o Ato Constitucional de 1834, a instrução primária e secundária foi atribuída às províncias, e a educação de jovens e adultos passou a ser responsabilidade delas. Nesse contexto, a educação de jovens e adultos assumiu um caráter missionário e caridoso, com o letramento dessas pessoas sendo encarado como um ato de solidariedade por parte dos letrados em relação aos considerados "perigosos" e "degenerados". A ideia subjacente era "iluminar" mentes que viviam na ignorância, visando ao progresso (Strelhow, 2010).

A noção de que os analfabetos eram dependentes ganhou força nas décadas que antecederam a Proclamação da República. Leis como a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879 e a Lei Saraiva em 1881 restringiram o direito de voto apenas às pessoas alfabetizadas, contribuindo para a exclusão política dos analfabetos. A afirmação de Rui Barbosa em 1882, de que os analfabetos eram como crianças incapazes de pensar por si próprios, reflete o preconceito e a desvalorização associados ao analfabetismo (Strelhow, 2010).

No entanto, mesmo com essas discussões, a Constituição Republicana de 1891 restringiu ainda mais o direito de voto, limitando-o a pessoas letradas e com posses. Isso resultou em uma democracia que, em vez de evoluir, tornou-se dominada por uma minoria (Strelhow, 2010).

À medida que a República avançava, a educação também passou por transformações, especialmente após a crise cafeeira de 1929, que estimulou o

³ STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

investimento no setor industrial. Paralelamente, surgiram novos ideais educacionais, como a Escola Nova, que propunha uma abordagem mais centrada no aluno, e as ações da Pedagogia de Paulo Freire em conjunto com movimentos sociais, contribuindo para o movimento de alfabetização de adultos e uma mudança significativa no cenário educacional (Strelhow, 2010).

Dessa forma, o contexto histórico abordado revela os primórdios da EJA no Brasil, caracterizados por um sistema educacional elitista, onde o conhecimento formal era monopólio das classes dominantes e o letramento de jovens e adultos era visto como um ato de caridade e solidariedade por parte das pessoas letradas em relação àqueles considerados incapazes. A transição para a República trouxe novos desafios e, ao mesmo tempo, uma mobilização social crescente para combater o analfabetismo e promover a inclusão educacional e social (Strelhow, 2010; Beleza e Nogueira, 2020).

É importante salientar que esse contexto histórico foi marcado por uma série de tensões e contradições, refletindo os desafios enfrentados pelo Brasil ao tentar reconciliar uma herança colonial elitista com as demandas de uma sociedade em transformação. O próximo tópico abordará as décadas de 1940 e os marcos dos movimentos sociais na história da EJA no Brasil, destacando as mudanças e desafios enfrentados nesse período de transição.

1.3 DA DÉCADA DE 1940 À MARCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O período que se estende desde a década de 1930 até a emergência dos movimentos sociais testemunhou profundas transformações na educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. Inicialmente, essa época foi caracterizada por uma visão estigmatizada do analfabetismo, que era considerado um "mal e uma doença nacional", e os analfabetos eram frequentemente rotulados como "incultos", "preguiçosos", "burros" e "incapazes" (Beleza & Nogueira, 2020). Essa perspectiva negativa do analfabetismo teve sérias implicações para a oferta de educação para adultos que não tiveram acesso à educação formal em sua juventude.

Haddad (2007)⁴ destaca que, nesse período, o analfabetismo era percebido como um obstáculo para a participação na indústria e na sociedade em geral, uma vez que a leitura e a escrita eram consideradas habilidades essenciais para o progresso individual e coletivo. Além disso, a falta dessas habilidades estava associada a problemas sociais mais amplos, como ociosidade, vício e crime.

Segundo Haddad (2007), a década de 1930 marcou o início do reconhecimento do direito à educação para pessoas jovens e adultas no Brasil. O governo de Getúlio Vargas, que ascendeu ao poder em 1930, desempenhou um papel fundamental nesse processo ao construir uma infraestrutura institucional capaz de lidar com os desafios educacionais do país. Em 1940, foi realizado o Recenseamento Geral, que revelou que mais de 50% da população com 15 anos ou mais era analfabeta.

Apesar do atendimento limitado, em 1935 já havia 1.168 unidades escolares com 70.106 matrículas para jovens e adultos (HADDAD, 2007, p. 12). Esse esforço educacional foi conduzido por educadores profissionais.

Nesse contexto, também ocorreram transformações significativas na educação brasileira, influenciadas pelas idéias dos Pioneiros da Educação Nova. Na década de 1920, na Bahia e posteriormente em Minas Gerais e no Distrito Federal, surgiram os primeiros esforços de sistematização curricular. Anísio Teixeira foi uma figura central nesse movimento, e suas idéias sobre currículo, juntamente com a influência das ideias progressistas de educadores americanos como Dewey e Kilpátrick, contribuíram para a criação de instituições educacionais públicas, como o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Programa de Assistência Brasileiro-Americana (Pabae).

O Inep, criado em 1938, tinha várias responsabilidades, incluindo a organização de documentos pedagógicos, a realização de pesquisas educacionais, a promoção de investigações em psicologia e orientação educacionais, entre outras (HADDAD, 2007).

Em 1937, com o Estado Novo, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Reforma Campos, juntamente com a criação da Universidade de São Paulo e do Distrito Federal. Foi na Constituição Federal de 1946 que a Educação Primária se tornou obrigatória para todos os cidadãos brasileiros, da primeira à quarta série.

⁴ HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 197-211, 2007. Link de acesso:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nC5smz7HLbjrKbDHPcXzjmw/?format=pdf&lang=pt>

A década de 1950 foi marcada por esforços do Inep na publicação do primeiro livro brasileiro sobre currículo, "Introdução ao Estudo da Escola Primária" (1955), de João Roberto Moreira, que abordou os objetivos da educação e a organização das atividades para crianças.

As campanhas de alfabetização das décadas de 1940 e 1950 refletiram o trabalho desses educadores profissionais. Em 1942, o Decreto-Lei nº 4.958 instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário e o Convênio Nacional do Ensino Primário para expandir e melhorar o sistema escolar primário em todo o país. Em 1944, o Decreto nº 6.785 regulamentou os recursos financeiros federais, e o Decreto nº 19.513, de 1945, estabeleceu que 25% de cada auxílio federal deveria ser destinado à educação primária de adolescentes e adultos analfabetos. Essas medidas permitiram o início da Campanha Nacional de Educação de Adultos, autorizada em 1947.

Os números mostram o impacto significativo da campanha, com um aumento constante nas matrículas de adultos analfabetos ao longo dos anos, culminando em 720.000 matrículas em 1950 (HADDAD, 2007).

Lourenço Filho foi fundamental na idealização e implementação da Campanha de Educação de Adultos em todo o território nacional, com o objetivo de proporcionar educação básica, incluindo leitura, escrita, cálculo, história, geografia, ciências, higiene, saúde e civismo para adultos analfabetos. Isso representou um passo importante em direção ao ideal de educação para todos.

No final dos anos 1950, a campanha foi desativada, mas sua estrutura permaneceu, e várias organizações da sociedade civil continuaram a se envolver na educação de adultos. Esse período também foi marcado por disputas políticas e ideológicas, refletindo a importância da educação de jovens e adultos como um dos embates político-ideológicos do período populista (HADDAD, 2007).

Strelhow (2010) destaca que após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil lançou campanhas nacionais de alfabetização da população adulta, com foco especial nas áreas rurais. Durante esse período, a EJA oferecia ensino primário, e foi apenas na década de 1960 que o ensino secundário (ginásio) foi introduzido.

Paulo Freire, uma figura icônica na educação de adultos no Brasil, emergiu como um defensor da alfabetização e da educação crítica. Ele desenvolveu um método que enfatizava a importância de incorporar a cultura popular no processo de alfabetização e promover a conscientização dos problemas sociais. Para Freire, a educação era essencial para o entendimento da condição humana na sociedade.

Freire propunha uma educação dialógica, na qual o diálogo entre educador e educando era fundamental para promover a liberdade e a participação ativa dos educandos em seu próprio processo de aprendizagem. Ele argumentava que a educação não deveria ser um mero processo mecânico de transmissão de conteúdo, mas sim uma experiência que leva em consideração os conhecimentos prévios dos educandos.

Nesse período, também ocorreram iniciativas importantes, como o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPCs) e a execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) em 1964. Esses programas buscavam expandir a alfabetização e a educação de adultos, mas encontraram resistência de grupos conservadores.

A década de 1960 foi marcada por mudanças significativas na educação de adultos. O governo federal criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se concentrou na alfabetização funcional. No entanto, o MOBRAL enfrentou críticas devido à sua abordagem mecânica, que resultou em analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que aprenderam a ler e escrever de forma limitada.

Nesse contexto, a educação de jovens e adultos passou por uma transformação significativa, passando de uma visão negativa e estigmatizada do analfabetismo para um reconhecimento da importância da EJA como um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para combater o analfabetismo e promover a participação ativa dos adultos na sociedade. As contribuições de figuras como Paulo Freire foram fundamentais para essa mudança de paradigma na educação de adultos no Brasil. (Beleza & Nogueira, 2020; Haddad, 2007; Strelhow, 2010).

A partir dos anos 1980, com o início da Nova República em 1985, ocorreram novos desenvolvimentos na educação de jovens e adultos no Brasil. O governo federal encerrou o MOBRAL e criou a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos) em 1990. A EDUCAR foi encarregada de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade para o primeiro grau aos jovens e adultos. Nesse período, houve uma descentralização dos recursos para a educação de adultos, tornando os estados e municípios responsáveis pela escolarização desse público.

No entanto, a Fundação EDUCAR também enfrentou desafios e foi extinta em 1990 durante o governo Collor, sem que um programa substituto fosse implementado.

Esse cenário levou a uma lacuna na oferta de educação de adultos por um período de tempo.

Uma mudança significativa ocorreu em 1996 com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que reconheceu a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio. Isso representou um marco importante, pois a EJA passou a ser reconhecida oficialmente como parte integrante do sistema educacional brasileiro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação em 2000, desempenharam um papel crucial na reformulação da EJA. Elas superaram a visão discriminatória do analfabetismo e destacaram a necessidade de considerar as especificidades de tempo e espaço dos jovens e adultos envolvidos nesse processo educacional. Além disso, enfatizaram a importância de projetos pedagógicos específicos para cursos noturnos regulares e para a EJA, reconhecendo que a educação de adultos deveria ser adaptada às suas necessidades.

Também foi estabelecida a inclusão da educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, o que refletiu o compromisso do governo federal em erradicar o analfabetismo e promover a inclusão educacional de adultos.

Essas mudanças ao longo das décadas demonstram a evolução significativa na percepção e na oferta de educação de jovens e adultos no Brasil, desde uma visão estigmatizada do analfabetismo até o reconhecimento da EJA como uma ferramenta fundamental para a inclusão e a transformação social. A contribuição de diversos pensadores, como Paulo Freire, foi fundamental para essa transformação, que continua a moldar a educação de adultos no Brasil nos dias de hoje. (LDB 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais; Beleza & Nogueira, 2020; Haddad, 2007; Haddad & Di Pierro, 2000⁵; Strelhow, 2010).

Para fins didáticos, segue uma linha do tempo com os principais acontecimentos mencionados e outros:

Década de 1930: Reconhecimento do Direito à Educação de Jovens e Adultos

⁵ HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 108-130, 2000. Acesso em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>

- Na década de 1930, começou a ser reconhecido o direito à educação de pessoas jovens e adultas no Brasil.
- O governo de Getúlio Vargas, que iniciou seu mandato em 1930, promoveu um impulso centralizador na educação.
- Foi construída uma infraestrutura organizacional para enfrentar os desafios educacionais.

Década de 1930 e 1940: Transformações na Educação

- Em 1935, já havia 1.168 unidades escolares com 70.106 matrículas para jovens e adultos.
- Educadores profissionais desempenharam um papel fundamental no processo educativo.

Década de 1940: Campanhas de Alfabetização

- Nas décadas de 1940 e 1950, as campanhas de alfabetização refletiram a atuação dos educadores profissionais.
- Em 1942, o Decreto-Lei nº 4.958 instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário.
- Em 1944, o Decreto nº 6.785 vinculou recursos federais para a educação.
- Em 1945, o Decreto nº 19.513 estabeleceu que 25% de auxílio federal fosse aplicado na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos.
- Em 1947, o Ministério da Educação e Saúde autorizou a organização de um Serviço de Educação de Adultos no Departamento Nacional de Educação, permitindo o início da Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- Década de 1950: Educação de Jovens e Adultos como Embate Político-Ideológico
- A Educação de Jovens e Adultos se tornou um dos eixos na construção de agentes para embates político-ideológicos no final do período populista.
- Diversas organizações, como políticas, movimentos estudantis, associações religiosas, igrejas e correntes ideológicas, influenciaram a população.
- Em 1958, foi lançada a Campanha de Erradicação do Analfabetismo pelo Ministério da Educação e Cultura.

Década de 1960: Movimento de Educação Popular

- O Movimento da Cultura Popular, liderado por Paulo Freire, introduziu um método de alfabetização de adultos.
- Em 1963, o método Paulo Freire foi adotado em todo o território nacional.

Década de 1960 e 1970: Movimento Militar e Criação do Mobral

- Em 1964, com o golpe militar, o Programa Nacional de Alfabetização foi suspenso.

- Em 1967, foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que assumiu a responsabilidade pela educação de adultos.
- O Mobral tinha uma posição financeira e institucional independente e organizou-se de forma descentralizada em comissões municipais.
- Lei 5692/71: Ensino Supletivo e Extinção do Mobral
- A Lei 5692/71 estabeleceu o ensino obrigatório de 8 anos, estendendo o direito àqueles que não estudaram na idade própria.
- O ensino supletivo foi vinculado ao sistema regular de ensino, e o primário antigo, até a 4ª série, não fazia parte do sistema regular.
- Em 1985, o Mobral foi extinto.

Década de 1980: Constituição Federal de 1988

- A Constituição Federal de 1988 garantiu direitos constitucionais, incluindo o direito à educação.

Década de 1990: Programas Federais e Transferência de Ações

- A década de 1990 foi marcada pela relativização dos direitos educacionais das pessoas jovens e adultas.
- Três programas federais para a educação de jovens e adultos foram criados, com a transferência das ações para os sistemas de ensino estaduais e municipais.
- Em 1996, foi idealizado o Programa Alfabetização Solidária (PAS), coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária.
- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea): foi uma proposta de política pública de educação de jovens e adultos no meio rural, coordenada pelo Incra em articulação com as Universidades Federais e o MST.
- Em São Paulo: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)
- Em 1989, o município de São Paulo criou o MOVA, um movimento de alfabetização de jovens e adultos que completou 20 anos.

Essa linha do tempo reflete o desenvolvimento da educação de jovens e adultos no Brasil ao longo das décadas, mostrando a importância de diversos atores, políticas e programas na promoção da educação para esse público.

RESUMO DA UNIDADE

A Unidade I aborda a contextualização histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando sua evolução ao longo dos anos. Aqui estão os principais pontos desta unidade.

Panorama Inicial da EJA no Brasil:

- A EJA não se limita apenas à idade, mas também envolve especificidades culturais.
- Os alunos da EJA são diversos em termos de idade, educação prévia e motivações.

Brasil Colônia, Império à República:

- No período colonial, a educação estava ligada à catequese e à alfabetização em língua portuguesa, principalmente para crianças.
- Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação se tornou elitista e reservada às classes privilegiadas.
- O analfabetismo era estigmatizado, e os analfabetos eram rotulados como "incultos" e "incapazes".
- O direito de voto foi restrito às pessoas alfabetizadas, excluindo os analfabetos da participação política.

Década de 1940 à Marca dos Movimentos Sociais:

- A década de 1930 marcou o reconhecimento do direito à educação de jovens e adultos no Brasil.
- O governo de Getúlio Vargas construiu uma infraestrutura educacional.
- A década de 1950 foi marcada por campanhas nacionais de alfabetização.
- O método de Paulo Freire enfatizou a educação crítica e o diálogo.
- Surgiram iniciativas importantes, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA).
- O MOBREAL, na década de 1960, focou na alfabetização funcional, mas enfrentou críticas.

Reconhecimento Oficial e Desenvolvimentos Posteriores:

- A Fundação EDUCAR (1990) buscou oferecer educação de qualidade para jovens e adultos.
- A LDB de 1996 reconheceu a EJA como parte do sistema educacional brasileiro.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA enfatizaram a adaptação às necessidades dos adultos.
- A inclusão da EJA no Plano Nacional de Educação (PNE) refletiu o compromisso em erradicar o analfabetismo e promover a inclusão educacional de adultos.

Essa unidade destaca como a EJA evoluiu de uma visão estigmatizada e elitista para uma modalidade educacional reconhecida e comprometida em atender às necessidades dos adultos no Brasil. A história da EJA reflete os desafios e as mudanças sociais ao longo dos anos, promovendo a inclusão educacional e o desenvolvimento da cidadania em uma sociedade em constante transformação.

UNIDADE II - O LEGADO DE PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: considerações sobre o método

Na Unidade II, adentraremos no legado transformador de Paulo Freire na educação de jovens e adultos, explorando profundamente sua proposta de alfabetização de adultos e sua visão crítica da educação. Aqui, delineamos os tópicos que serão abordados nesta unidade, fornecendo uma visão geral do conteúdo a ser discutido.

No Tópico 2.1 Paulo Freire e Sua Proposta de Alfabetização de Adultos, mergulharemos nas contribuições cruciais de Paulo Freire para a alfabetização de adultos no Brasil. Em um contexto de altas taxas de analfabetismo e desigualdades sociais, Freire desenvolveu uma abordagem revolucionária que enfatizava a conscientização, o diálogo e a participação ativa dos educandos. Discutiremos sua visão da educação como um instrumento de transformação social e exploraremos como sua metodologia rompeu com modelos tradicionais.

Ao longo do Tópico 2.2 Concepção Bancária da Educação como Instrumento da Opressão, Dialogicidade e Outros Pontos Essenciais no Pensamento de Paulo Freire, aprofundaremos nossa compreensão do pensamento de Paulo Freire, explorando sua crítica à concepção bancária da educação. Freire argumentava que a educação bancária perpetuava a opressão ao tratar os educandos como meros receptáculos de conhecimento, impedindo a reflexão crítica e a transformação da realidade. Destacaremos sua ênfase na dialogicidade, na conscientização e na relação entre teoria e prática como elementos essenciais em sua pedagogia.

Por fim, no Tópico 2.3 O Método Paulo Freire, nos aprofundaremos no Método Paulo Freire, compreendendo suas raízes filosóficas e suas estratégias pedagógicas. Exploraremos como o método se baseia na conscientização e no diálogo, usando palavras geradoras como ponto de partida para a aprendizagem. Analisaremos a importância da dialogicidade, da contextualização e da colaboração no processo educacional proposto por Freire.

Estes tópicos proporcionarão uma compreensão abrangente do legado educacional de Paulo Freire e sua influência duradoura na educação de jovens e adultos. Ao explorar sua visão transformadora da educação, seremos capazes de refletir sobre as implicações desses princípios na educação contemporânea e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.



2.1- PAULO FREIRE E SUA PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

A alfabetização de adultos no Brasil passou por uma série de transformações ao longo das décadas, e um marco fundamental nesse processo foi a contribuição de Paulo Freire. Nesta seção, exploraremos a proposta de alfabetização de adultos desenvolvida por Freire, destacando sua importância e influência no contexto educacional brasileiro.

Paulo Freire, um renomado educador brasileiro, foi um dos principais defensores da educação como instrumento de transformação social. Sua abordagem inovadora para a alfabetização de adultos rompeu com modelos tradicionais, propondo uma pedagogia centrada no diálogo, na conscientização e na participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Na década de 1950, o Brasil enfrentava altas taxas de analfabetismo, e essa situação estava intrinsecamente ligada a questões sociais e econômicas. Foi nesse cenário que o Ministério da Educação e Cultura lançou a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. Essa iniciativa visava disseminar a educação de adultos por todo o país, incluindo áreas rurais, e tinha como objetivo combater as causas sociais e econômicas subjacentes ao analfabetismo.

Nesse contexto, a Igreja Católica desempenhou um papel significativo ao iniciar o Movimento de Educação de Base (MEB) em 1958. Esse movimento, oficializado pelo Decreto nº 50.370 em 1961, utilizou escolas radiofônicas como uma ferramenta educacional e promoveu a educação como um meio de difusão e promoção do desenvolvimento nacional.

Além do MEB, outros movimentos, como o Movimento de Cultura Popular e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, contribuíram para a expansão da educação de adultos no Brasil. Esses movimentos tinham como objetivo elevar o nível cultural das massas por meio da alfabetização e da educação de base.

No entanto, foi o Método Paulo Freire que se destacou como uma abordagem revolucionária. Desenvolvido em 1963, esse método não era apenas um meio de alfabetizar adultos rapidamente, mas uma verdadeira teoria do conhecimento. Paulo Freire via a educação como um ato político, uma forma de conscientização e transformação da realidade. Seu método incentivava a reflexão crítica, promovendo a superação da visão ingênua para uma consciência crítica sobre as condições de vida das classes dominadas.

Paulo Freire defendia a relação dialógica na educação, na qual o diálogo entre educador e educando desempenhava um papel fundamental. Ele acreditava que a educação não deveria ser neutra, mas sim uma prática política que promovesse a conscientização e a participação ativa dos alunos na sociedade.

Portanto, a proposta de alfabetização de adultos de Paulo Freire representou uma mudança significativa na forma como a educação de adultos era concebida no Brasil. Sua abordagem pedagógica enfatizava não apenas a aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas também a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade. Essa abordagem transformadora deixou um legado duradouro na educação de jovens e adultos no Brasil e continua a inspirar educadores em todo o mundo.

2.2 CONCEPÇÃO BANCÁRIA DA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA OPRESSÃO, DIALOGICIDADE E OUTROS PONTOS ESSENCIAIS NO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

O texto de Moraes et al. (2023)⁶ oferece uma visão abrangente da vida e obra de Paulo Freire, enfocando principalmente sua trajetória desde os primeiros anos até o desenvolvimento de suas teorias pedagógicas e a escrita de sua obra mais influente, "Pedagogia do Oprimido". O autor destaca a origem humilde de Freire, sua luta para superar as dificuldades financeiras e sua trajetória acadêmica.

Em 1944, após formar-se na Escola de Direito do Recife, Freire casou-se com Elza Maria Costa de Oliveira e posteriormente com Ana Maria Araújo em 1988, após o falecimento de Elza. A pesquisa ressalta a importância do decreto n.º 19.513 de 1945, que permitiu a atuação de Freire na área educacional. Ele assumiu a Diretoria de Educação e Cultura do SESI de Pernambuco e iniciou a Campanha de Educação de Adultos em 1947. Ao longo dos anos, Freire continuou a desenvolver suas ideias pedagógicas, culminando na criação do Método Paulo Freire.

A pesquisa destaca o impacto significativo do Método Paulo Freire, que permitiu a alfabetização de adultos em um curto período de tempo com apenas uma

⁶ MORAIS, J. M. O. et al.. CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Educação em Revista**, v. 39, p. e40514, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/8V9fZF8c7bmpnyDP8jtpPpR/#>

hora de aula por dia. Além disso, é enfatizada a conexão entre o pensamento de Freire e outros educadores modernos, como Célestin Freinet e Carl Rogers, que compartilhavam a ênfase na autonomia e na capacidade do aluno de organizar sua própria aprendizagem.

O contexto histórico em que "Pedagogia do Oprimido" foi escrito também é abordado, com ênfase no Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, que resultou na prisão e posterior exílio de Freire devido às suas ideias politizadoras e inclusivas. Seu exílio no Chile foi um período crucial para a cristalização de suas ideias, que culminaram na escrita de "Pedagogia do Oprimido" em 1968. O texto enfatiza a importância dessa obra como um marco na educação e destaca o contexto sociocultural da América Latina da época, caracterizado por movimentos que questionavam instituições governamentais, econômicas e religiosas.

Ainda, o texto levanta questionamentos sobre as contribuições da obra "Pedagogia do Oprimido" para a educação e como a pedagogia freiriana influenciou a educação de jovens e adultos. A ênfase na humanização, desalienação e conscientização é destacada como aspectos centrais das ideias de Freire, que promovem a transformação do sujeito e a emancipação individual e coletiva.

No contexto da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, a concepção bancária da educação é fundamental para entender a dinâmica da opressão e a necessidade de transformação. Freire argumenta que o conhecimento deve ser um processo ativo de busca e criação, onde os sujeitos se envolvem em um diálogo interativo para compreender os problemas de sua realidade social. Ele contrasta essa abordagem com a educação bancária, que é representada como um modelo autoritário e opressor, onde o educador é visto como o detentor do conhecimento, depositando-o passivamente nos educandos, transformando-os em meros receptáculos de informações (PADILHA, 2019)⁷.

Nesse contexto, a educação bancária é vista como uma ferramenta de opressão, onde os oprimidos são mantidos na ignorância e na passividade, sem a oportunidade de questionar ou refletir criticamente sobre sua realidade. Freire critica essa abordagem, argumentando que os oprimidos devem ser os protagonistas de sua própria libertação, examinando e criticando ativamente as injustiças de seu cotidiano.

⁷ PADILHA, Paulo Roberto *et al 50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do Oprimido* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

Ele enfatiza que a consciência crítica surge da reflexão sobre a realidade vivida e da análise das relações de poder que a sustentam (FREIRE, 2013)⁸.

A educação bancária, de acordo com Freire, perpetua a dominação ao criar uma dicotomia entre o educador e os educandos, onde o primeiro detém o poder e o conhecimento, enquanto os últimos são relegados a um papel passivo e submisso. Essa abordagem não promove o diálogo genuíno entre educador e educandos, impedindo a construção de uma consciência crítica e a transformação da realidade. Em vez disso, perpetua a opressão ao manter as massas populares em um estado de alienação e dependência (FREIRE, 2013).

A crítica de Freire à educação bancária não se limita à sala de aula; ele estende essa análise para toda a sociedade, destacando como as práticas opressoras se infiltram em todas as esferas da vida. Ele argumenta que a luta pela libertação dos oprimidos deve incluir uma conscientização das estruturas de poder que perpetuam a opressão e uma busca por alternativas que promovam a justiça social e a igualdade. Para Freire, a verdadeira educação deve ser libertadora, baseada no diálogo, na reflexão crítica e na ação transformadora (FREIRE, 2013).

Além disso, Freire enfatiza a importância da relação entre teoria e prática na educação. Ele acredita que o conhecimento não deve ser apenas um exercício intelectual abstrato, mas sim uma ferramenta para a ação transformadora. Os educandos não devem apenas adquirir conhecimento teórico, mas também aplicá-lo na prática, para que possam se tornar agentes de mudança em suas próprias vidas e em suas comunidades (FREIRE, 2008)⁹.

Freire também destaca a importância da relação entre objetividade e subjetividade na educação. Ele argumenta que os educadores devem reconhecer a subjetividade dos educandos e respeitar suas experiências e perspectivas individuais. A educação não deve ser imposta de cima para baixo, mas sim um processo de construção coletiva do conhecimento, onde as vozes e as experiências dos educandos são valorizadas (FREIRE, 2005)¹⁰.

⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido* [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança* 15ª. Edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Em resumo, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire critica a concepção bancária da educação, que é vista como um instrumento de opressão que perpetua a dominação e a alienação. Freire defende uma abordagem mais libertadora da educação, baseada no diálogo, na reflexão crítica, na ação transformadora e no respeito à subjetividade dos educandos. Ele acredita que a educação deve ser uma ferramenta para a conscientização e a libertação dos oprimidos, permitindo-lhes se tornar agentes de mudança em suas vidas e na sociedade.

A análise das contribuições da pedagogia freiriana nos permite refletir profundamente sobre a educação contemporânea e seu papel na sociedade. Paulo Freire enfatizou a importância do diálogo democrático e inclusivo no processo educativo, rejeitando tanto o autoritarismo quanto a licenciabilidade. Ele viu a educação como uma via de mão dupla, onde tanto o professor quanto o aluno aprendem no processo.

Em um momento em que a educação é frequentemente vista de maneira mercantilizada, como uma mercadoria a ser consumida, Freire nos lembra da importância de uma educação social, coletiva e construtiva. Ele destacou a necessidade de uma educação que coloca os aprendizes como sujeitos históricos, capazes de compreender e transformar o mundo ao seu redor. A educação não deve ser um processo de adaptação do indivíduo à sociedade, mas sim um meio de capacitar as pessoas a transformar a realidade para melhor.

Freire também enfatizou a importância da conscientização, ou seja, ajudar as pessoas a tomarem consciência de sua própria situação e das estruturas de poder que as oprimem. Ele defendeu uma educação que não apenas transmitisse conhecimento, mas que também capacitasse os educandos a refletir sobre seu contexto de vida, suas condições de sobrevivência e seu papel na sociedade. Nesse sentido, a educação de jovens e adultos desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos reflexivos e conscientes de seu papel social.

Além disso, Freire destacou a importância do diálogo como uma ferramenta fundamental no processo educativo. O diálogo não se resume a uma simples troca de palavras, mas é uma forma de construir uma relação colaborativa de aprendizagem entre educador e educando. Ele também introduziu o conceito de temas geradores, que são pontos de partida para o ensino e a comunicação, permitindo que os educandos explorem questões relevantes e aplicáveis em seu cotidiano.

Por fim, a pedagogia freiriana nos lembra que a educação vai além da mera transmissão de conhecimento. Ela é um instrumento poderoso de transformação social, capaz de empoderar os indivíduos, capacitá-los a compreender e mudar o mundo e, acima de tudo, promover a conscientização e a emancipação das pessoas. Freire nos deixou um legado valioso que continua relevante e inspirador nos dias de hoje, especialmente em um contexto de desafios e desigualdades sociais. Sua pedagogia nos convida a repensar o papel da educação em nossa sociedade e a lutar por uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, formativa e de qualidade para todos.

2.3 O MÉTODO PAULO FREIRE

Para discutir o Método Paulo Freire, é importante começar por compreender as raízes filosóficas, políticas e sociais que moldaram sua formação. Para isso, é importante recordar o conceito de sistema conforme descrito por Bertalanffy, que o define como um conjunto de elementos interdependentes, nos quais qualquer modificação em um elemento afeta todo o conjunto, criando assim uma rede de relações onde cada parte sustenta as demais (Boudon e Bourricaud, 2000, p. 504)¹¹.

No contexto de discutir o Método Paulo Freire, é relevante também examinar a definição de "método" segundo o Dicionário de Filosofia, que o define etimologicamente como uma "demanda", um esforço para alcançar um objetivo, uma investigação ou um estudo (Lalande, 1999, p. 678)¹². Paulo Freire, por sua vez, construiu seu método a partir de uma compreensão crítica do processo de aprendizagem e ensino, partindo da realidade concreta dos educandos.

No Sistema Paulo Freire, a alfabetização surge como uma consequência natural da conscientização. As atividades educacionais têm sua base na cultura dos analfabetos e são desenvolvidas através do diálogo acerca dos problemas da vida e da sociedade. Este método utiliza uma abordagem analítico-sintética, conhecida como "palavração," que se apoia em princípios psicológicos, como a capacidade de

¹¹ BOUDON, B; BOURRICAUD, I. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 2000.

¹² LALANDE, André. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

retenção do todo, e metodológicos, como a globalização do ensino (CARDOSO, 1963)¹³.

É fundamental compreender que o método de Freire também se fundamenta em suas próprias elaborações filosóficas, socio-políticas e pedagógicas. Ele dedicou tempo a estudar, refletir e pesquisar sobre a educação, especialmente em um contexto histórico brasileiro caracterizado por crises políticas e pela repressão do golpe militar. Durante esse período, o Brasil passou por várias mudanças políticas, e Freire identificou a necessidade de uma educação que capacitasse as pessoas a se expressarem no mundo e a refletirem sobre sua própria realidade.

O Método Paulo Freire representa uma abordagem revolucionária no ensino da alfabetização, questionando vigorosamente os métodos tradicionais de ensino. Ele enfatiza a importância da consciência política e do uso de materiais baseados na vida cotidiana dos educandos. Essa abordagem foi testada com sucesso em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde trezentos trabalhadores rurais foram alfabetizados em apenas quarenta e cinco dias (BRANDÃO, 2002)¹⁴.

Paulo Freire foi influenciado por várias correntes de pensamento, incluindo o existencialismo cristão e o marxismo. Ele emergiu em um período em que o compromisso social estava se transformando em consciência política, e a educação passou a ser vista como uma ferramenta essencial na luta contra as desigualdades sociais. Sua filosofia educacional destaca a interdependência entre pensar e agir.

Em síntese, o Método Paulo Freire é uma abordagem educacional que se baseia na conscientização, no diálogo, na problematização e na reflexão crítica sobre a realidade (ROSAS, 2003)¹⁵. Ele foi influenciado por diversas correntes de pensamento e surgiu em um contexto histórico de intensa mobilização política e social. O método Freire representa uma contribuição significativa para o campo da educação, enfatizando a participação ativa dos educandos na construção do conhecimento e na transformação da sociedade.

¹³ CARDOSO, Aurenice. Conscientização e Alfabetização. Uma visão prática do Sistema Paulo Freire. Estudos Universitários. In: Revista de Cultura da Universidade do Recife. n. 4, abrjun, 1963.

¹⁴ BRANDÃO, Carlos. In: Paulo Rosas (Org.) Paulo Freire: Educação e Transformação Social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

¹⁵ ROSAS, Paulo. Papéis Avulsos sobre Paulo Freire. n. 01. Recife: Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas. Ed. Universitários/UFPE, 2003.

De acordo com Rameh (2005), principal referência desse tópico para compreender o método, Paulo Freire (1963)¹⁶ enfatiza a confiança no povo e a rejeição de fórmulas prontas em sua abordagem pedagógica. Freire acreditava que havia sempre algo a ser compartilhado com as pessoas, em vez de simplesmente oferecer algo a elas. Essa filosofia norteou suas ações e experiências no campo da educação, que se desenvolveram ao longo de um período de intensas transformações políticas, culturais e educacionais no Brasil, especialmente entre 1959 e 1964 (RAMEH, 2005).

Durante esse período, Rameh (2005) destaca que Paulo Freire coordenava o projeto de Educação de Adultos do Movimento de Cultura Popular (MCP) no Recife. Nesse contexto, foram criados os Círculos de Cultura e os Centros de Cultura, que se tornaram espaços de diálogo e discussão sobre temas de interesse dos grupos populares, como nacionalismo, evolução política do Brasil, analfabetismo, socialismo, comunismo, entre outros. As experiências nos Círculos de Cultura levaram à busca por um método ativo e participativo que pudesse tornar as pessoas críticas e, ao mesmo tempo, eficazes na alfabetização (FREIRE, 1963, citado por RAMEH, 2005).

Nesse período, o apoio de diversos colaboradores foi fundamental para o desenvolvimento do método, como Carlos Augusto Nicéias e professores como Jarbas Maciel, Aurenice Cardoso, Jomard Muniz de Britto, e Elza Freire, a esposa de Paulo Freire, que desempenhou um papel crucial como professora primária e alfabetizadora na escola pública de Recife (RAMEH, 2005).

A contribuição de Jarbas Maciel é notável, especialmente em relação à compreensão do mecanismo de captação que os seres humanos fazem da realidade. Maciel se baseou em estudos de Pavlov e ressaltou a importância da montagem do sistema de percepções, especialmente no que se refere à comunicação escrita. Freire também mencionou sua descrença inicial em cartilhas que pretendiam doar esse terceiro sistema de percepção, enfatizando a necessidade de construí-lo em conjunto com os educandos (FREIRE, 1963, citado por RAMEH, 2005).

A transição do Círculo de Cultura para a sala de aula é um elemento essencial da abordagem de Freire. Ele substituiu o professor pelo coordenador de debates, tornando os participantes do grupo sujeitos ativos da aprendizagem. Os programas são elaborados com base nas situações existenciais dos grupos, desafiando-os a

¹⁶ FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização. Uma visão prática do Sistema Paulo Freire. Estudos Universitários. In: Revista de Cultura da Universidade do Recife, n. 4, abr-jun, 1963.

alcançar posições mais críticas por meio do diálogo (FREIRE, 1963, citado por RAMEH, 2005).

É importante ressaltar que o Método Paulo Freire não se limitava à alfabetização de adultos. Era parte de um Sistema Paulo Freire de Educação que incluía diversas etapas, como a alfabetização infantil, a extensão cultural em diferentes níveis, desde o popular até o universitário, e colaborações com instituições de ensino, como o Instituto de Ciências do Homem e o Centro de Estudos Internacionais (MACIEL, 1963, citado por RAMEH, 2005).

A categoria fundamental desse sistema era a de comunicação, o que reflete a abordagem sociológica e antropológico-cultural de Paulo Freire (MACIEL, 1963, citado por RAMEH, 2005). O uso de palavras geradoras, a análise de situações existenciais e a construção do conhecimento por meio do diálogo eram elementos-chave desse sistema (FREIRE, 1999, citado por RAMEH, 2005).

As experiências realizadas com o método de alfabetização demonstraram resultados positivos, como a alfabetização de trezentos trabalhadores rurais em apenas quarenta horas, além de discussões significativas sobre problemas brasileiros (FREIRE, 1963, citado por RAMEH, 2005).

Todo esse movimento estava inserido em um contexto mais amplo de transformações sociais e culturais no Brasil, e o método de Paulo Freire representou uma abordagem inovadora e transformadora no campo da educação, buscando capacitar as pessoas para a conscientização e a participação ativa na construção de suas vidas e da sociedade (MACIEL, 1963, citado por RAMEH, 2005).

A repercussão do Sistema/Método Paulo Freire no Brasil foi significativa e marcou um período importante na educação do país. Conforme apontado por Manfredi (1981)¹⁷, o governo federal oficializou o Sistema Paulo Freire de Educação em 1964, por meio do Plano Nacional de Alfabetização. Este período foi distinto dos que o antecederam devido às condições históricas e sociais singulares em que surgiu.

Do ponto de vista institucional, essa iniciativa representou uma tentativa do Ministério da Educação de legitimar e expandir os movimentos de educação popular, incluindo o Movimento de Cultura Popular que teve início em 1960 e que testou o método de alfabetização elaborado por Paulo Freire em Recife. Esse método, que permitia o domínio da leitura e escrita em apenas 40 horas, destacava-se por

¹⁷ MANFREDI, Sílvia. Política e Educação Popular. (Experiências de Alfabetização no Brasil com o Método Paulo Freire – 1960/1964) Ed. Cortez, São Paulo, 1981.

direcionar os conteúdos culturais para a análise crítica dos problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelos alfabetizados (MANFREDI, 1981).

Além de ser uma renovação metodológica na educação de jovens e adultos, o Sistema Paulo Freire de Educação tinha implicações político-ideológicas mais amplas, vinculadas a um modelo de desenvolvimento socioeconômico específico, conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Esse modelo estava alinhado com as classes populares e os grupos dominantes, caracterizando o poder naquela época (MANFREDI, 1981).

Vale destacar a influência de John Dewey nas ideias de Paulo Freire, como mencionado por Brubacher (1961)¹⁸. Dewey propôs um método educativo baseado em cinco etapas: atividade, problema, dados, hipótese e experimentação. Para Dewey, o mundo é um sistema aberto, e seu método também é aberto, partindo de problemas relacionados à experiência do educando. Esse processo de aprendizagem envolve a redescoberta e a reconstrução da experiência.

Para Freire, a concepção de mundo, de homem e de sociedade fundamenta seu método. Esses três aspectos estão interconectados em uma unidade dialética, na qual cada um está relacionado aos demais. O polo "mundo" abrange não apenas elementos da natureza, mas também a realidade social e histórica, incluindo as contradições e as questões de classe (CALADO, 2002)¹⁹.

Nesse contexto, a educação tinha como objetivo conscientizar por meio da ação dialógica emancipatória. O conhecimento era produzido pela conscientização, que envolvia a análise crítica da realidade existencial, capacitando os sujeitos a tomar decisões e realizar ações transformadoras. A práxis humana, segundo Freire, ocorre por meio da reflexão-ação-reflexão, permitindo que as pessoas se afastem da realidade para compreendê-la e, em seguida, atuem sobre ela (PAIVA, 1982)²⁰.

A conscientização, para Freire, representava a passagem da tomada de consciência à tomada de consciência crítica, onde a realidade se torna objeto cognoscível e o homem adquire uma posição epistemológica. A alfabetização era política ao anunciar e denunciar ações desumanizantes, mas também libertadora ao

¹⁸ BRUBACHER, John S. Importância da Teoria em Educação. Rio de Janeiro, INEP, CBPE, MEC, série II, Cursos e Conferências, v. 3, 1961.

¹⁹ CALADO, Alder Júlio Ferreira. Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade – 2ª ed. Recife: Centro Paulo Freire; Caruaru: FAFICA, 2002.

²⁰ PAIVA, Vanilda (vários autores). A questão política da educação popular. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

promover a estrutura humanizante. Esse processo educativo estava comprometido com a história e a utopia, buscando a transformação da realidade histórica (FREIRE, 1980)²¹.

A escolha de um modelo não mecânico de alfabetização era fundamental para Freire. O método deveria estimular o ato criador dos sujeitos, incentivando a invenção e a reinvenção do homem em sua busca constante pelo conhecimento. A metodologia adotada visava unir o conteúdo da aprendizagem com o processo de aprendizado, promovendo uma educação autêntica e participativa (FREIRE, 1980).

Assim, o Sistema/Método Paulo Freire desempenhou um papel importante na transformação da educação no Brasil, promovendo a conscientização, a reflexão crítica e o empoderamento dos educandos, além de estimular uma abordagem mais aberta e participativa no processo educativo. Suas influências e princípios continuam a ecoar na educação brasileira e internacionalmente até os dias atuais.

O método de alfabetização de Paulo Freire, como detalhado por Rameh (2005), é profundamente enraizado na compreensão da educação como uma prática política e social que vai além da simples aprendizagem da leitura e da escrita. A abordagem de Freire busca capacitar os indivíduos a se tornarem conscientes de seu papel no mundo, na sociedade e na história.

Aqui estão alguns dos elementos-chave desse método:

- **Contextualização:** Paulo Freire reconheceu a importância de contextualizar o processo de alfabetização. Isso significa que a alfabetização não deve ser desvinculada da realidade e da experiência de vida dos alunos. Os temas e os materiais de ensino devem ser relevantes para a vida dos estudantes, relacionados aos problemas sociais e políticos que enfrentam em seu cotidiano.
- **Diálogo e conscientização:** O método Freire enfatiza o diálogo como uma ferramenta essencial para a conscientização. Os educadores e os alunos engajam-se em um diálogo crítico sobre os objetos de estudo e sobre a

²¹ FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

representação da realidade. Esse diálogo leva os alunos a refletirem sobre sua própria realidade e a compreenderem seu papel no mundo.

- **Palavras geradoras:** O processo de alfabetização começa com a escolha de "palavras geradoras", que são palavras que têm relevância para os alunos e suas vidas. Essas palavras são usadas como base para explorar as sílabas, sons e significados das palavras, permitindo que os alunos compreendam a estrutura da língua enquanto aprendem a ler e escrever.
- **Famílias fonêmicas:** Freire introduz as "famílias fonêmicas" como uma maneira de ajudar os alunos a compreenderem a estrutura das palavras. As famílias fonêmicas agrupam palavras que compartilham sílabas e sons semelhantes, permitindo que os alunos façam conexões entre as palavras e, assim, compreendam melhor o funcionamento da língua.
- **Continuidade e pós-alfabetização:** Freire enfatiza a importância da continuidade no processo educacional. Ele acredita que a alfabetização é apenas o começo e que a "pós-alfabetização" é fundamental. Isso significa aprofundar e diversificar o conhecimento adquirido durante a alfabetização, permitindo que os alunos continuem aprendendo e desenvolvendo suas habilidades.
- **Conscientização política:** Um dos aspectos mais distintivos do método Freire é seu foco na conscientização política. Ele acredita que a alfabetização não deve ser apenas um ato técnico, mas também um ato político. Os alunos devem se tornar conscientes das questões sociais e políticas que os cercam e serem capacitados para agir de maneira crítica e transformadora na sociedade.

Esses elementos tornam o método de Paulo Freire muito mais do que um simples processo de ensino de leitura e escrita. Ele é uma abordagem educacional abrangente que visa capacitar os alunos a entenderem melhor sua própria realidade, a se tornarem participantes ativos na sociedade e a contribuir para a mudança social. Esse método teve um impacto significativo na educação não apenas no Brasil, mas

em todo o mundo, influenciando práticas educacionais progressistas e centradas no aluno.

EXEMPLO PRÁTICO DE APLICAÇÃO DO MÉTODO:

Palavra geradora: "CASA"

- **Passo 1:** Começamos com a palavra geradora "CASA", que é uma palavra familiar para os alunos, pois está relacionada com suas vidas diárias.
- **Passo 2:** Dividimos a palavra "CASA" em sílabas, escrevendo-as em cartazes separados: CA - SA. Cada sílaba é explicada e pronunciada.
- **Passo 3:** Em seguida, mostramos aos alunos que as sílabas podem ser combinadas para formar outras palavras. Por exemplo, podemos usar a sílaba "CA" com diferentes terminações para criar palavras como "CARRO", "CACHORRO", "CAFÉ", etc.
- **Passo 4:** Continuamos explorando as famílias fonêmicas dentro das palavras, destacando que as palavras relacionadas têm sons semelhantes na mesma família. Por exemplo, "CASA" e "CAFÉ" compartilham o som "CA" no início.
- **Passo 5:** Conduzimos discussões com os alunos sobre as palavras que estão sendo exploradas. Perguntamos sobre suas experiências e associações com essas palavras. Por exemplo, podemos perguntar: "O que você faz em uma 'CASA'? O que é 'CAFÉ'? Você gosta de 'CAFÉ'?"
- **Passo 6:** À medida que os alunos ganham confiança na leitura e escrita dessas palavras, expandimos para outras palavras relacionadas, explorando mais famílias fonêmicas e expandindo seu vocabulário.

Este é um exemplo simplificado de como o método de Paulo Freire usa uma palavra geradora para introduzir sílabas, sons e significados, permitindo que os alunos

compreendam a estrutura da língua. Além disso, as discussões e reflexões críticas durante o processo incentivam os alunos a relacionar essas palavras com suas próprias vidas e experiências, tornando a aprendizagem mais significativa e contextualizada.

RESUMO DA UNIDADE

A Unidade II nos transportou para o mundo de Paulo Freire, um dos mais proeminentes educadores do século XX, cujo legado continua a moldar a educação de jovens e adultos em todo o mundo. Esta unidade mergulhou profundamente na visão transformadora de Freire, explorando seus principais pontos e oferecendo uma análise crítica de sua contribuição para a pedagogia.

No tópico 2.1 foi evidente como Paulo Freire rompeu com os paradigmas tradicionais de alfabetização de adultos. Freire não via a educação apenas como um meio de transmitir habilidades de leitura e escrita, mas como uma poderosa ferramenta de conscientização e transformação social. No contexto de altas taxas de analfabetismo e desigualdades sociais, sua abordagem centrada no diálogo e na participação ativa dos educandos surgiu como uma resposta crítica às questões profundas da sociedade brasileira. No entanto, é importante lembrar que, embora sua pedagogia fosse revolucionária, também enfrentou desafios em sua implementação, especialmente em um cenário político turbulento.

O tópico 2.2 trouxe à tona uma das críticas mais contundentes de Freire: a concepção bancária da educação. Freire argumentou que essa abordagem opressora, que trata os educandos como meros receptores de conhecimento, perpetua a opressão e alienação. Sua defesa da dialogicidade, na qual o diálogo autêntico entre educador e educandos é central, representa um ponto de inflexão crucial em sua teoria. No entanto, vale destacar que a implementação prática da dialogicidade pode ser desafiadora, requerendo um ambiente educacional genuinamente inclusivo e colaborativo.

No último tópico, exploramos o Método Paulo Freire, revelando suas raízes filosóficas e pedagógicas. O método é enraizado na conscientização, na reflexão crítica e no diálogo, com palavras geradoras como ponto de partida. Ele enfatiza a importância de vincular teoria e prática e de respeitar a subjetividade dos educandos.

Embora a abordagem seja profundamente transformadora, há desafios práticos na sua aplicação, especialmente em ambientes educacionais que podem estar sujeitos a pressões políticas e estruturais.

A Unidade II nos deixou com uma profunda apreciação pelo legado de Paulo Freire na educação de jovens e adultos. Sua visão crítica da educação como instrumento de transformação social e sua ênfase na conscientização, no diálogo e na dialogicidade continuam a inspirar educadores em todo o mundo. No entanto, também nos lembra dos desafios práticos na implementação desses princípios em ambientes educacionais muitas vezes complexos e politicamente carregados.

Além disso, a Unidade II nos incentiva a refletir sobre como podemos adaptar e aplicar os princípios da pedagogia freiriana em nossos próprios contextos educacionais. Isso nos desafia a criar ambientes de aprendizado mais inclusivos e colaborativos, onde os educandos possam se tornar agentes ativos de sua própria educação e, eventualmente, da transformação de suas realidades.

UNIDADE III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA EJA: aparatos legais

A Unidade III deste curso aborda aspectos essenciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) relacionados aos aparatos legais que orientam sua prática. Exploraremos a interseção entre a legislação educacional e a realidade do educando, com foco especial em como os conteúdos curriculares são desenvolvidos e adaptados para atender às necessidades da EJA.

No tópico 3.1 Educação e currículo na EJA: os conteúdos e a realidade do educando, mergulharemos profundamente na relação entre educação e currículo na EJA. Investigaremos como os conteúdos curriculares são selecionados, estruturados e ensinados, considerando as características únicas dos alunos da EJA, suas vivências e sua trajetória educacional anterior. Discutiremos as estratégias pedagógicas necessárias para tornar o currículo mais acessível e significativo para esse público diversificado.

No tópico seguinte, 3.2 O planejamento e as especificidades do educando: Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA, são exploradas as Diretrizes Nacionais Curriculares para a EJA, destacando como essas diretrizes fornecem orientações valiosas para o planejamento educacional na modalidade. Abordaremos como as especificidades dos educandos da EJA devem ser consideradas no processo de planejamento, visando a uma educação mais inclusiva e alinhada com as necessidades reais dos estudantes.

Por fim, o tópico 3.3 Educação de Jovens e Adultos e BNCC, traz informações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é uma referência fundamental para o desenvolvimento curricular em todo o país. Nesta seção, analisaremos como a EJA se relaciona com a BNCC, identificando oportunidades e desafios. Discutiremos como adaptar os princípios e objetivos da BNCC para atender às demandas específicas da EJA, garantindo uma educação de qualidade e relevante para jovens e adultos em busca de aprendizado.

Esta unidade fornecerá uma base sólida para compreender como os aspectos legais moldam a prática pedagógica na EJA, capacitando os educadores a desenvolver currículos mais eficazes e inclusivos. A partir desses conhecimentos, você estará melhor preparado para enfrentar os desafios da EJA e promover experiências educacionais enriquecedoras para seus alunos.

3.1 EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NA EJA: OS CONTEÚDOS E A REALIDADE DO EDUCANDO

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), várias estratégias são implementadas para garantir a capacitação e valorização dos educandos. A reflexão pedagógica e didática é uma parte vital dessa cadeia de viabilidade, especialmente no ensino fundamental menor da EJA. Moacir Gagotti e José E. Romão destacam que a capacitação organizacional pedagógica e didática é essencial para explicar, controlar e prever as ações dos alunos, preparando-os para um mundo moderno e globalizado (GAGOTTI; ROMÃO, 2006).

Com a evolução da sociedade, tornou-se necessário adaptar os procedimentos de ensino às mudanças no estilo de vida, avanços tecnológicos e transformações nas relações pessoais. A EJA enfrenta o desafio de manter-se atualizada e relevante, a fim de oferecer uma educação eficaz aos jovens e adultos.

Claudia Regina de Paula enfatiza que a EJA desempenha um papel pedagógico importante ao satisfazer as necessidades da sociedade e dos educadores. De acordo com seus estudos (PAULA, 2012)²², a EJA é fundamental para "satisfazer a sociedade e as vontades desejadas pelo educador". Ela contribui para a fidelização dos alunos por meio de serviços competentes.

As escolas que oferecem a EJA não podem funcionar de maneira improvisada. Os procedimentos pedagógicos devem ser planejados com antecedência para atingir os objetivos educacionais. O planejamento didático é uma prática comum na vida cotidiana, mas assume uma importância ainda maior na educação, pois organiza as ações que levarão os alunos ao conhecimento desejado (ALBUQUERQUE, 2010, p. 91).

Eliana Borges Albuquerque destaca que é essencial proporcionar aos alunos situações em que realizem atividades relacionadas às práticas sociais de uso da escrita. A alfabetização é um ponto-chave na EJA, pois capacita os indivíduos a produzir e compreender textos, participando ativamente das atividades sociais mediadas pela escrita (ALBUQUERQUE, 2010)²³.

²² PAULA, Cláudia Regina. Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida. – Curitiba: Intersaberes, 2012.

²³ ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva de letramento. – 3 ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

A EJA é fundamental para a sociedade brasileira, e políticas públicas têm sido implementadas para atender às necessidades desse público. Programas como o Brasil Alfabetizado, Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) têm contribuído para a melhoria da educação (PAULA, 2012).

O desafio de oferecer uma educação igualitária para todos é uma responsabilidade compartilhada entre os educadores e a sociedade como um todo. O compromisso com a construção de um país menos desigual exige esforços coletivos e uma compreensão da importância da EJA no cenário educacional brasileiro.

A educação é um caminho para a humanização e para o desenvolvimento pessoal. Os alunos da EJA têm a oportunidade de adquirir conhecimento que não apenas os capacita na sala de aula, mas também os prepara para enfrentar desafios e contribuir para a sociedade como cidadãos ativos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um componente fundamental do sistema educacional brasileiro, visando a inclusão de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade convencional. Para assegurar a qualidade desse ensino e promover a equidade, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu as Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA (2000)²⁴.

As Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA são um conjunto de orientações que norteiam a organização e a implementação dos currículos na modalidade EJA em todo o país. Elas são fundamentais para garantir que essa modalidade de ensino atenda às necessidades específicas de jovens e adultos, levando em consideração suas experiências de vida e suas demandas educacionais.

Um dos princípios fundamentais das Diretrizes é o respeito à diversidade e à heterogeneidade dos estudantes da EJA. Isso significa reconhecer que cada aluno traz consigo uma bagagem única de experiências e conhecimentos, e o currículo deve ser flexível o suficiente para acolher essa diversidade. As Diretrizes também enfatizam a importância de estabelecer vínculos entre o conteúdo curricular e a realidade

²⁴ Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Mantenedora/Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. UF: DF. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator(a): Carlos Roberto Jamil Cury. Processo nº: 23001.000040/2000-55. Parecer CEB nº: 11/2000. Câmara ou Comissão: CEB. Aprovado em: 10.05.2000. I – Relatório e Voto do Relator.

cotidiana dos estudantes, tornando o ensino mais significativo e aplicável às suas vidas.

Outro aspecto crucial das Diretrizes é a promoção da interdisciplinaridade e da contextualização dos conteúdos. Isso significa que o ensino na EJA deve ser capaz de relacionar diferentes áreas do conhecimento e mostrar como os conceitos podem ser aplicados em situações reais. Dessa forma, os estudantes podem compreender melhor a relevância do que estão aprendendo.

Além disso, as Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA destacam a importância da avaliação formativa, que busca acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do processo de aprendizagem, identificando suas necessidades e ajustando o ensino conforme necessário. Isso contribui para uma educação mais inclusiva e eficaz.

Em resumo, as Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA desempenham um papel fundamental na garantia da qualidade e da efetividade desse importante componente do sistema educacional brasileiro. Ao orientar a construção de currículos flexíveis, interdisciplinares e contextualizados, elas contribuem para que a EJA atenda às necessidades específicas dos jovens e adultos, promovendo a inclusão e a cidadania educacional. Portanto, é essencial que educadores e gestores da EJA estejam familiarizados e comprometidos com a aplicação dessas diretrizes em suas práticas pedagógicas.

3.2 O PLANEJAMENTO E AS ESPECIFICIDADES DO EDUCANDO: DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES DA EJA

Neste contexto, de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA (2000) a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que precisa considerar a diversidade de experiências de vida, a faixa etária e as particularidades dos estudantes. Ela deve ser pautada pelas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas para o ensino fundamental e médio, como previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A contextualização desempenha um papel crucial na EJA, pois os alunos adultos trazem consigo uma ampla gama de experiências de vida, trabalho e práticas

culturais. É importante reconhecer e valorizar essas experiências como parte integrante do processo educacional. A heterogeneidade do público da EJA requer uma abordagem cuidadosa, considerando as diferentes faixas etárias, origens sociais e culturais dos estudantes.

A flexibilidade curricular é uma ferramenta essencial para atender às necessidades variadas dos alunos da EJA. Ela pode ser implementada por meio de módulos, combinações entre ensino presencial e não presencial e uma abordagem centrada nos temas relevantes para a vida cotidiana dos estudantes. O trabalho desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois muitos alunos da EJA buscam a educação para melhorar suas condições de vida e inserção profissional. Portanto, os conteúdos curriculares devem estar alinhados com essa premissa, promovendo a qualificação para o trabalho e a cidadania.

A educação física e a educação artística também desempenham um papel importante na EJA, pois podem contribuir para melhorar a autoestima, a socialização e a consciência corporal dos estudantes. No entanto, a oferta desses componentes curriculares pode ser facultativa, dependendo das circunstâncias e das necessidades dos alunos.

É fundamental distinguir as expectativas e experiências de jovens e adultos na EJA, mesmo que compartilhem uma situação comum desfavorável. Projetos pedagógicos específicos devem ser desenvolvidos para atender a essas diferenças e garantir uma abordagem pedagógica adequada.

Os projetos pedagógicos desempenham um papel crucial na EJA, pois incorporam os princípios e objetivos da legislação educacional, as diretrizes curriculares nacionais e a adaptação aos perfis dos estudantes. Eles são a expressão da autonomia das escolas e devem considerar a flexibilidade criativa necessária para atender às necessidades diversificadas dos alunos.

Para fins didáticos, sistematizamos algumas orientações, conforme as Diretrizes Nacionais Curriculares da EJA (2000).

Contextualização na Educação de Jovens e Adultos (EJA):

- A contextualização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente de aprendizado significativo e eficaz. Conforme mencionado no texto do Ministério da Educação (2000), a

EJA lida com uma população diversificada em termos de idade, origens socioeconômicas e culturais, experiências de trabalho e vida pessoal. Portanto, é crucial reconhecer e valorizar essas diferenças como parte intrínseca do processo educacional.

Flexibilidade Curricular:

- A flexibilidade curricular é uma abordagem pedagógica que permite adaptar o currículo às necessidades específicas dos estudantes da EJA. Isso implica a oferta de módulos ou unidades de ensino que podem ser personalizados de acordo com as experiências e objetivos de aprendizado de cada aluno. Além disso, a combinação entre ensino presencial e não presencial pode atender àqueles que precisam equilibrar suas responsabilidades de trabalho e familiares com os estudos.

Trabalho como Foco:

- O trabalho desempenha um papel central na vida dos estudantes da EJA. Muitos deles buscam a educação para melhorar suas perspectivas de emprego e qualidade de vida. Portanto, os conteúdos curriculares não podem ignorar essa realidade. Eles devem estar alinhados com as necessidades do mercado de trabalho e fornecer as habilidades e conhecimentos necessários para que os estudantes se tornem cidadãos economicamente ativos e socialmente responsáveis.

Componentes Curriculares como Meios de Desenvolvimento Pessoal:

- Além do aspecto profissional, a Educação Artística e a Educação Física também têm um papel significativo na EJA. Esses componentes curriculares não apenas contribuem para melhorar a autoestima, a consciência corporal e a socialização dos alunos, como mencionado no texto do Ministério da Educação (2000), mas também proporcionam oportunidades para o

desenvolvimento pessoal e o cultivo de habilidades que vão além do contexto estritamente acadêmico.

Projeto Pedagógico e Autonomia da Escola:

- A elaboração de projetos pedagógicos específicos para a EJA é fundamental. Esses projetos representam a expressão da autonomia das escolas e devem ser elaborados levando em consideração as características únicas dos alunos da EJA. Eles devem incorporar a contextualização, a flexibilidade curricular e a valorização das experiências de vida dos estudantes, bem como alinhar-se com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas para o ensino fundamental e médio.

Base Nacional Comum:

- O texto do Ministério da Educação (2000) destaca a importância da Base Nacional Comum dos conteúdos curriculares da EJA. Isso significa que, embora a EJA tenha flexibilidade para adaptar seu currículo às necessidades dos alunos, ela deve manter uma base comum de conhecimentos, alinhada com as diretrizes curriculares nacionais. Isso garante que os alunos da EJA possam continuar seus estudos em caráter regular e tenham igualdade de oportunidades educacionais.

3.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E BNCC

A relação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um tópico de extrema importância, pois a BNCC tem como objetivo organizar os conhecimentos e competências que todos os estudantes da Educação Básica devem adquirir, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio

(Araújo e Silva, 2020)²⁵. A aprovação da BNCC ocorreu em duas etapas cruciais: em 2017, foram contempladas as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; em 2018, foi a vez do Ensino Médio.

A BNCC desempenha o papel de fornecer orientações curriculares comuns para a Educação Básica, e seu relacionamento com os currículos escolares é de caráter complementar (Araújo e Silva, 2020). Ela apresenta as aprendizagens essenciais que devem ser consideradas na organização dos currículos, abrangendo inclusive as diferentes modalidades de ensino, como é o caso da EJA. No entanto, é crucial observar que, ao realizar uma pesquisa no documento da BNCC, nota-se que o termo "jovens e adultos" aparece apenas nove vezes, sendo a maioria dessas menções na apresentação do documento. Há, portanto, uma escassa abordagem dessa modalidade, com uma única menção na apresentação do Ensino Médio.

Dado que a EJA atende a pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram acesso à educação ou não concluíram o processo de escolarização na Educação Básica, é imperativo que a BNCC seja considerada como uma referência para a organização curricular, a fim de garantir que esses estudantes não sejam deixados de lado, sem a oportunidade de se profissionalizar ou continuar seus estudos no Ensino Superior (Araújo e Silva, 2020). A revisitação curricular para a EJA deve abordar as singularidades dos sujeitos atendidos por essa modalidade, levando em conta suas diferentes formas de oferta.

A relação entre a BNCC e o currículo deve oferecer segurança tanto para os professores quanto para os estudantes em relação ao processo de ensino e aprendizagem, contemplando a diversidade de idades, histórias de vida e experiências educacionais dos estudantes, bem como a garantia do direito à educação (Araújo e Silva, 2020). É importante, portanto, abordar a integração curricular da EJA com a Educação Profissional, uma vez que muitos estudantes da EJA têm como foco principal a inserção no mercado de trabalho.

A construção curricular para a EJA deve ser contextualizada e considerar as histórias de vida dos sujeitos, permitindo que eles identifiquem como suas experiências se relacionam com as competências e habilidades previstas na BNCC

²⁵ ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; SILVA, Leda Regina Bitencourt da; SENA, Lilian Cristina da Ponte e Sousa. A Educação de Jovens e Adultos e a BNCC do Ensino fundamental. **Linhas Crí-ticas**, [S.L.], v. 26, p. 1-25, 14 ago. 2020. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v26.2020.30582>.

(Araújo e Silva, 2020). As habilidades presentes na BNCC, que englobam tanto as competências cognitivas quanto as socioemocionais, atitudes e valores, desempenham um papel fundamental para que os estudantes da EJA possam se tornar cidadãos ativos na sociedade, baseados em seus princípios e valores.

A revisão curricular realizada com base na BNCC deve levar em consideração os normativos nacionais e locais que regulamentam a Educação Básica, garantindo a integração entre a base nacional comum e a parte diversificada dos currículos (Araújo e Silva, 2020). Além disso, é importante que a construção curricular seja realizada em diálogo com os educadores e demais atores envolvidos no processo educacional, levando em conta a complexidade e as particularidades das etapas e modalidades da Educação Básica.

A BNCC, embora seja um referencial curricular nacional, não deve ser vista como um currículo definitivo, mas sim como um guia para a construção dos currículos locais (Araújo e Silva, 2020). As escolas e redes de ensino têm a responsabilidade de elaborar suas propostas curriculares, adaptando-as às necessidades e características dos estudantes da EJA. É fundamental que esse processo leve em conta a diversidade e as singularidades dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino.

Em resumo, a BNCC desempenha um papel importante como referencial curricular nacional, mas sua aplicação na EJA requer uma revisitação curricular que leve em consideração as necessidades e características específicas dessa modalidade de ensino (Araújo e Silva, 2020). A construção curricular deve ser contextualizada, inclusiva e sensível às histórias de vida dos estudantes da EJA, garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade e que possam se desenvolver plenamente como cidadãos.

A partir da análise proposta por Araújo e Silva (2020), no contexto da construção de um novo currículo para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Distrito Federal, podemos destacar as adaptações necessárias e as transformações efetuadas nos componentes curriculares do Ensino Fundamental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este estudo se concentra nos 1.º e 2.º segmentos da EJA e examina como cada componente curricular da BNCC pode ser recontextualizado e reapropriado para atender às necessidades e especificidades da EJA.

Em consonância com a abordagem de Araújo e Silva (2020), a Língua Portuguesa, de acordo com a BNCC, apresenta duas subdivisões principais: Práticas de Linguagem e Campos de Atuação. Nesse contexto, é notável a ênfase na

oralidade, semiótica e na centralidade do texto como elementos-chave no processo de ensino-aprendizagem. Para a EJA, considerando a necessidade de um início precoce do processo de alfabetização, é imperativo ajustar os tempos e estratégias de ensino. Além disso, as Práticas de Linguagem podem ser reconfiguradas para abranger situações de comunicação relevantes para a vida cotidiana dos estudantes da EJA.

No âmbito da Arte, a BNCC abrange múltiplas linguagens, incluindo artes visuais, dança, música e linguagem teatral. No entanto, devido à carga horária reduzida na EJA em comparação com outras áreas, uma abordagem de Artes Integradas pode ser uma alternativa eficaz, permitindo a incorporação das histórias de vida e das práticas culturais dos estudantes, tornando o ensino de Arte mais contextualizado e envolvente, como sugerido por Araújo e Silva (2020).

No componente curricular de Educação Física, que na BNCC está inserido na área de Linguagens, a atenção se volta ao corpo como forma de expressão. Para a EJA, onde nem todos os estudantes participam regularmente de atividades físicas, é possível adaptar o enfoque para questões relacionadas à saúde e ao bem-estar, enfatizando atividades lúdicas alinhadas às competências gerais desse componente.

No tocante à Língua Inglesa, Araújo e Silva (2020) ressaltam a diferença entre Língua Inglesa e Língua Estrangeira na BNCC. Para a EJA, é importante considerar a relevância de oferecer o ensino de Língua Inglesa, adaptando-o para atender às necessidades dos estudantes, levando em consideração que essa modalidade de ensino já possui uma carga horária reduzida. A rede pública de ensino pode complementar o ensino de línguas estrangeiras por meio de Centros Interescolares de Línguas.

No contexto da Matemática, a BNCC destaca a importância desse componente ao longo de toda a Educação Básica. Na EJA, a Matemática pode ser abordada de maneira contextualizada, relacionando-a com as histórias de vida e as experiências dos estudantes. A integração entre a EJA e a Educação Profissional pode ser facilitada por meio da Matemática, que pode conectar o aprendizado com o cotidiano e o ambiente de trabalho dos estudantes, conforme enfatizado por Araújo e Silva (2020).

Em relação às Ciências da Natureza, Araújo e Silva (2020) destacam a necessidade de adaptar o ensino para incluir processos investigativos e práticas contextualizadas, além de desenvolver o letramento científico. Para a EJA, é fundamental que o ensino permita que os estudantes compreendam e interpretem

processos científicos relacionados às suas vidas cotidianas, estimulando a análise crítica e a cidadania responsável.

A abordagem de Geografia, segundo Araújo e Silva (2020), enfatiza princípios do raciocínio geográfico e a conexão com outros componentes de Ciências Humanas. Para a EJA, é relevante integrar conceitos de espaço e tempo, permitindo que os estudantes compreendam e expliquem os fenômenos do espaço geográfico em suas vidas.

Por fim, o ensino de História, na perspectiva de Araújo e Silva (2020), prioriza a contextualização, a interpretação e a análise. Para a EJA, é crucial que os estudantes possam relacionar os conteúdos históricos com suas próprias experiências e o contexto atual.

Dessa forma, à luz da abordagem de Araújo e Silva (2020), a construção do currículo da EJA é um processo contínuo que demanda adaptações e ajustes constantes para atender às necessidades e características específicas dos estudantes dessa modalidade, garantindo, assim, a inclusão, a diversidade e o atendimento das aprendizagens essenciais.

RESUMO DA UNIDADE

Principais legislações e modo de organização da EJA:

Constituição Federal de 1988: Artigos 208, incisos I e VI; Artigo 208, inciso VII, § 1º:

- A Constituição Federal estabelece que o Estado tem o dever de oferecer um Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando-o inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.
- Também prevê a oferta de um ensino regular noturno adequado às condições dos educandos, reconhecendo a importância de proporcionar oportunidades de estudo a quem trabalha durante o dia.

Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): Capítulo II e Seção V:

- Essa lei amplia o atendimento aos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, incluindo o Ensino Médio, além do Ensino Fundamental.
- Estabelece que o Poder Público deve viabilizar o acesso e a permanência na educação, considerando a diversidade, as disparidades regionais, os interesses e necessidades, bem como as condições de vida e trabalho dos educandos.

Lei 9394/96: Artigos 1º, 3º (incisos X e XI) e 26:

- Esses artigos ressaltam o respeito à diversidade, às condições de vida e de trabalho dos educandos.
- O Poder Público deve viabilizar o acesso e a permanência na educação de jovens e adultos, utilizando formas de atuação que envolvam ações integradas e complementares.
- Lei 9394/96: Artigos 4º (incisos VI e VII)
- A lei estabelece que o Estado deve oferecer o ensino noturno regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com características e modalidades adequadas às necessidades dos alunos, garantindo-lhes condições de acesso e permanência na escola até o final da educação básica.
- O acesso ao Ensino Fundamental é considerado um direito público subjetivo, o que significa que o Estado deve assegurar esse direito a todos.

Conselho Nacional de Educação (CNE): Resolução CNE/CEB nº 1/00:

- Essa resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, explicitando as formas de atendimento, cursos, exames, matriz curricular, carga horária e princípios curriculares e metodológicos.

Conselho Nacional de Educação (CNE): Resoluções CNE/CEB nº 2/98 e nº 3/98:

- Essas resoluções tratam das orientações curriculares e metodológicas para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio regulares e também orientam a educação de jovens e adultos.

Organização dos Cursos de EJA:

- A responsabilidade pela organização dos cursos de EJA é dos sistemas de ensino, que regulamentam condições como instalação do curso, matrícula, constituição de turmas, quadro curricular, frequência, avaliação, aproveitamento de estudos, registro dos estudos e formação do orientador de aprendizagem.

Centros Estaduais da EJA:

- Oferecem cursos de frequência flexível para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
- Atendem individualmente por módulos ou disciplinas, seguindo a matriz curricular do curso regular.
- Realizam provas e exames presenciais para avaliação dos alunos.

Exames na EJA:

- Os alunos que não estão matriculados em cursos presenciais ou de presença flexível podem realizar exames para obter as certificações do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
- Os exames são realizados por instituições credenciadas pelos Conselhos Estaduais de Educação, como o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Organização Curricular:

- A Educação de Jovens e Adultos possui uma organização curricular que inclui disciplinas da Base Nacional Comum e uma parte diversificada.
- As disciplinas da Base Nacional Comum, como Português e Matemática, seguem a matriz curricular dos cursos regulares.
- A obrigatoriedade de uma língua estrangeira moderna, como o Inglês, também está presente.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final desta jornada de aprendizado na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao longo deste Ebook, exploramos os principais aspectos históricos, metodológicos e legais que moldam essa modalidade de ensino tão importante em nosso contexto educacional.

Na Unidade I, mergulhamos nas diferentes fases da história da EJA no Brasil, desde suas origens elitistas até sua evolução como instrumento de inclusão e transformação social. Compreendemos como a EJA se tornou essencial para promover a cidadania e a igualdade.

Na Unidade II, exploramos o legado inspirador de Paulo Freire e sua proposta revolucionária de alfabetização de adultos. Aprendemos como sua visão crítica da educação e sua abordagem baseada no diálogo e na conscientização têm impacto duradouro na prática pedagógica.

A Unidade III nos levou a uma compreensão mais profunda dos aspectos legais que orientam a EJA. Exploramos como os conteúdos curriculares são desenvolvidos e adaptados para atender às necessidades dos educandos, considerando as

Diretrizes Nacionais Curriculares e sua relação com a Base Nacional Comum Curricular.

Este Ebook foi projetado para fornecer a você, educador/estudante, uma base sólida de conhecimento sobre a EJA. Esperamos que as informações apresentadas aqui o auxiliem em sua prática educacional, capacitando-o a promover uma educação de qualidade e inclusiva para jovens e adultos em busca de aprendizado.

Lembre-se de que a aprendizagem é um processo contínuo, e o conhecimento adquirido aqui é apenas o começo. À medida que você aplica esses conceitos e princípios em sua prática, você contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e educada para a liberdade.

Desejamos a você muito sucesso em sua busca por proporcionar experiências educacionais significativas e enriquecedoras para seus alunos na Educação de Jovens e Adultos.

Continue explorando, questionando e aprendendo, pois a educação é uma ferramenta poderosa para a transformação de vidas e comunidades.

Boa sorte e até logo!

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Inês; PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LEITE, Sergio Antonio da Silva (org.). **Afetividade e Letramento na Educação de Jovens e Adultos –EJA**. São Paulo, Cortez, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Rosane Fátima da Conceição. **Educação de Jovens e Adultos**. Appris, 2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De Angicos a Ausentes**. Porto Alegre: MOVA-RS, CORAG, 2001.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação de Jovens e Adultos**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antônio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende. **EJA e Educação Profissional**. Desafios da pesquisa e da formação no Proeja. Brasília: Liber Livro, 2012.



**Av. Barão de Gurguéia, 3333B - Vermelha
Teresina - Piauí**

f @/maltafaculdade

www.faculdademalta.edu.br